



2º SIMULADO

PMPA

SOLDADO

PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado PM PA – Soldado

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PM PA;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-PMPA-29-11-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

Texto 1 para responder as questões de 1 a 4.

Previdência complementar pode ser definida como o **patrimônio** que garantirá uma vida digna a partir do momento em que a pessoa deixar de ter renda do trabalho. Não é uma reserva para eventual desemprego. Esse patrimônio deverá proporcionar renda suficiente para a manutenção do padrão de vida da família, complementando a aposentadoria.

Em princípio, todo trabalhador precisa de previdência complementar. Se a pessoa está iniciando a vida profissional com salário inferior a R\$ 3.916,20, faz-se necessário não se acomodar, **afinal** é importante que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso. Para quem tem renda de trabalho superior a R\$ 3.916,20, a previdência complementar é indispensável.

O trabalhador pode investir em bens e ativos financeiros a longo prazo, a fim de utilizá-los apenas quando se aposentar. Ele também deve pensar no ajuste de valores durante a fase de acumulação, levando em conta a capacidade de poupança, os fundos **compulsórios** de previdência e a renda mensal desejada, bem como a crescente taxa de expectativa de vida.

A recomendação básica para qualquer investimento é definir um objetivo. Os investimentos com o objetivo de previdência podem incluir bens imóveis (próprio e para renda) e ativos financeiros.

Os investimentos para previdência complementar têm duas fases. A primeira é a de acumulação, em que o trabalhador “engorda” o patrimônio (poupa e investe). A segunda é a de renda, em que os gastos são superiores aos rendimentos e o trabalhador passa a “consumir” o próprio patrimônio mensalmente.

Um aspecto relevante na formação do patrimônio de previdência é a expectativa de vida. Atualmente uma pessoa com 65 anos de idade tem expectativa de viver até os 83 anos, mas essa expectativa está subindo ano a ano.

Logo, investimentos que proporcionem renda vitalícia, como imóveis para renda ou plano de previdência, devem compor o **portfólio** de previdência.

ARES, Benigno. *Previdência complementar – você precisa. Dr. Previdência, Portal Terra, jan. 2012. Disponível em: Acesso em: 14/12/2013, com adaptações.*

01. Assinale a alternativa correta com relação às estruturas linguísticas do texto.

- a) As palavras “patrimônio” (primeiro período do texto), compulsórios (no último período do terceiro parágrafo) e “portfólio” (último parágrafo do texto) são substantivos.
- b) No enunciado “Atualmente **uma** pessoa com 65 anos de idade tem expectativa de viver até os 83 anos”, a palavra “uma” é numeral.
- c) No enunciado “O trabalhador pode investir em bens e ativos financeiros a longo prazo, a fim de utilizá-los apenas quando **se** aposentar”, a palavra “se” é uma preposição.
- d) No enunciado “O trabalhador pode **investir** em bens e ativos financeiros”, o verbo destacado é transitivo indireto.
- e) A palavra “afinal”, no segundo período do segundo parágrafo, é um adjetivo.

02. Assinale a alternativa correta quanto à reescritura, sem modificação do sentido original, do trecho “*Se a pessoa está iniciando a vida profissional com salário inferior a R\$ 3.916,20, faz-se necessário não se acomodar, afinal é importante que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso*”, segundo parágrafo do texto.

- a) Já que a pessoa está iniciando a vida profissional, faz-se necessário não se acomodar com salário inferior a R\$ 3.916,20, uma vez que é importante que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso.
- b) Caso a pessoa esteja iniciando a vida profissional com salário inferior a R\$ 3.916,20, faz-se necessário não se acomodar, pois é importante que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso.
- c) Embora a pessoa esteja iniciando a vida profissional com salário inferior a R\$ 3.916,20, faz-se necessário que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso, ademais é importante não se acomodar.
- d) Contanto que a pessoa está iniciando a vida profissional com salário inferior a R\$ 3.916,20, faz-se necessário não se acomodar, entretanto é importante que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso.
- e) Todavia, com salário inferior a R\$ 3.916,20, a pessoa está iniciando a vida profissional, faz-se necessário não se acomodar, porquanto é importante que ela tenha planos de ganhar muito mais que isso.

03. É correto afirmar que o termo “**Logo**”, no último parágrafo do texto, expressa:

- a) tempo.
- b) objetivo.
- c) consequência.
- d) conclusão.
- e) causa.

04. As vírgulas foram utilizadas em “levando em conta a capacidade de poupança, os fundos **compulsórios** de previdência e a renda mensal desejada, bem como a crescente taxa de expectativa de vida”, no terceiro parágrafo do texto, para

- a) marcar uma enumeração.
- b) separar um adjunto adverbial.
- c) marcar uma elipse do verbo.
- d) marcar uma exemplificação.
- e) separar uma oração intercalada.

Texto 2 para responder as questões de 5 a 8.

O Mario, além de um grande poeta, era um grande **humorista**. Ele frequentava bastante a nossa casa e era uma presença quieta e discreta. Minha mãe **fazia** muito meias de lã para ele. Tantas que um dia ele observou: “Acho que a Mafalda pensa que eu sou uma centopeia”. Uma vez fui levá-**lo** na casa do Josué Guimarães, e ele teve alguma dificuldade em sair do banco de trás. Disse: “Como a gente tem perna, né?” Era um **obcecado** por jogo e, na vez em que foi atropelado, pediu urgentemente, ainda do chão, que anotassem o número da placa do carro. Era para jogar na loteria. **Nos** encontramos no Rio, no Hotel Canadá, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. E ele nos contou que o que mais gostava no Rio eram os túneis, “**porque** dentro dos túneis descansava da paisagem”.

VASSALO, Márcio. *Mario Quintana. 1ª edição. São Paulo, 2005, p. 31. Texto de Luis Fernando Veríssimo, escritor (com adaptações).*

05. Com base no texto e nas suas relações sintáticas e semânticas, assinale a alternativa correta.

- a) O trecho “E ele nos contou que o que mais gostava no Rio eram os túneis” (último período do texto), pode ser reescrito, sem alteração sintática e

semântica, da seguinte forma: No Rio, nos contou que os túneis eram aquilo que ele mais gostava.

- b) A conjunção “que”, empregada no trecho “Acho que a Mafalda pensa **que** eu sou uma centopeia” estabelece uma relação de coordenação com o termo que a antecede.
- c) As vírgulas empregadas no trecho “O Mario, além de um grande poeta, era um grande humorista” separam termos encadeados em uma enumeração.
- d) A conjunção “porque”, na última linha do texto, liga orações subordinadas entre si e estabelece ideia de concessão no período em que aparece.
- e) A colocação do pronome “Nos”, no antepenúltimo período do texto, desrespeita a norma padrão, embora, na oralidade, esse uso seja recorrente.

06. Julgue os itens a seguir acerca do texto.

I - Os vocábulos “humorista”, “obcecado” e “lo” em destaque no texto pertencem à mesma cadeia coesiva cujo referente é o termo “Mario”, presente na primeira linha do texto.

II - No período “... na vez em **que** foi atropelado, pediu urgentemente, ainda do chão, **que** anotassem o número da placa do carro”, as orações introduzidas pela conjunção “que” mantêm as mesmas relações de sentido.

III - O texto pertence ao gênero narrativo, uma vez que apresenta um episódio cômico da vida do escritor Mario Quintana, contado por Luís Fernando Veríssimo.

IV - A substituição da preposição “para” por “a” em “Minha mãe fazia muito meias de lã para ele.” não implica prejuízo semântico, apenas sintático.

V - O objetivo de Luís Fernando Veríssimo, ao utilizar como recurso a fala de Mario Quintana, foi ratificar a afirmação presente na primeira linha do texto.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

07. Considerando as palavras do texto, é correto afirmar que exemplificam uma oxítona e uma paroxítona acentuadas graficamente os vocábulos

- a) além, Canadá
- b) levá-lo, trás
- c) né, número
- d) lâ, levá-lo
- e) além, túneis

08. No texto, as formas verbais “fazia” e “anotassem” estão conjugadas, respectivamente, no

- a) pretérito perfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo.
- b) presente do indicativo e no pretérito imperfeito do indicativo.
- c) pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo.
- d) pretérito imperfeito do subjuntivo e no pretérito imperfeito do indicativo.
- e) futuro do pretérito do indicativo e no presente do indicativo.

Texto III para resolver as questões 9 a 10.

A Justiça que o povo quer

O povo tem fome de Justiça, tanto quanto tem fome de pão: deseja encontrar na Justiça o último bastão de suas esperanças.

O povo quer uma Justiça mais ágil. É possível abreviar o andamento da Justiça, sem prejuízo de princípios fundamentais como o contraditório, a produção cuidadosa de provas e a possibilidade de recursos contra decisões e sentenças. A abreviação da Justiça exige mudança nas leis, modernização do Judiciário e alteração de hábitos seculares. Impõe-se que a Justiça para os pobres seja mais eficiente. Justiça é direito. Um dos instrumentos para alcançar esse objetivo consiste na instituição e manutenção de uma Defensoria Pública valorizada, ágil e competente.

Se para os pobres a Justiça deve ser inteiramente gratuita, também para os que pagam custas, a Justiça deve ser mais barata. A Justiça é cara, as despesas cartorárias, em alguns casos, são muito altas. Com frequência, cidadãos de classe média retardam a regularização de situações jurídicas para fugir do peso de custas insuportáveis.

É preciso que se compreenda que a Justiça é uma obra coletiva. Tanto é importante o juiz, o desembargador, o ministro, o promotor, o procurador, o advogado, quanto o oficial de Justiça, o escrevente, o porteiro dos auditórios, o mais modesto servidor. Se qualquer peça da engrenagem falha, o conjunto não funciona.

O povo deve sentir-se agente da Justiça, participante, ator. A Justiça pertence ao povo, existe para o povo, esse sentimento de Justiça como direito do povo é uma exigência de cidadania. A Justiça deve ser menos formal, mais direta e compreensível. A Justiça não pode desencorajar a busca de direitos por parte dos fracos. A Justiça deve ser sensível, capaz de ouvir as dores dos jurisdicionados. A palavra tem o dom de libertar. Os servidores da Justiça devem sempre estar disponíveis para ouvir o clamor dos que apelam pelo socorro do Direito.

A Justiça tem de ser impoluta. HERKENHOFF, João Baptista. Disponível em < <http://jusvi.com/artigos/34056>>, (com adaptações). Acesso em 21/2/2010

09. Com relação à sintaxe do período, a oração sublinhada no trecho “Com frequência, cidadãos de classe média retardam a regularização de situações jurídicas para fugir do peso de custas insuportáveis”, no terceiro parágrafo do texto, classifica-se em oração subordinada

- a) adverbial final.
- b) adjetiva explicativa.
- c) substantiva subjetiva.
- d) adjetiva restritiva.
- e) adverbial consecutiva.

10. Considerando a oração “as despesas cartorárias, em alguns casos, são muito altas”, no terceiro parágrafo do texto, é correto afirmar que o termo sublinhado classifica-se em

- a) sujeito
- b) objeto direto
- c) objeto indireto
- d) adjunto adnominal
- e) predicativo do sujeito

ATUALIDADES

Sérgio Henrique

11. Sarampo: Pará vira o epicentro da doença no Brasil em 2020; entenda por quê.

Em seu mais recente boletim epidemiológico, o Ministério da Saúde calcula que, só em 2020, foram 8.217 casos e sete mortes pela doença no país. Os dados compreendem o período de 29 de dezembro de 2019 a 17 de outubro de 2020.

Além do número altíssimo para uma doença que pode ser evitada por meio da vacinação, há outro fato que chama a atenção no relatório: o Pará vive um verdadeiro surto de sarampo.

O Estado apresenta 5.294 casos confirmados (64% do total do país) e já notificou cinco mortes (71% do que foi registrado em território nacional)

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55009825>

A respeito do tema, a afirmativa correta é:

- Em um ano marcado pela pandemia de covid-19, muito se fala de outra doença infecciosa que segue em alta no Brasil e no mundo, como é o caso do sarampo.
- Em 2016, o Brasil recebeu da Organização Mundial da Saúde um certificado de eliminação do sarampo. Na prática, isso significava que o vírus causador da moléstia estava circulando dentro de nossas fronteiras.
- Em um contexto de baixa imunização, a proximidade com dois Estados que tiveram em anos recentes um alto número de casos de sarampo deixou o Pará extremamente vulnerável à doença. Além disso, em 2020, muitos serviços não essenciais tiveram suas atividades reduzidas por conta da covid-19 e as pessoas ficaram com medo de ir até o posto de saúde para vacinar.
- O grande número de casos se deve a um bolsão de pessoas suscetíveis que se formou a partir das altas taxas de vacinação nos últimos anos.
- O sarampo está entre as doenças menos contagiosas que afligem os seres humanos: um único indivíduo infectado chega a transmitir o vírus para outras 18 pessoas.

12. O Brasil precisa chegar a 2033 com 99% de sua população atendida com água tratada e com 90% coleta e tratamento de esgoto. Essas metas fazem parte da Lei do Saneamento Básico, sancionada em julho. Para serem atingidas, no entanto, 24 estados precisam ampliar seus investimentos em saneamento básico, segundo levantamento do Instituto Trata Brasil.

Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/24/24-estados-precisam-aumentar-investimentos-em-saneamento-para-atingir-metas-da-nova-lei-do-setor.ghtml>

A respeito do tema, a afirmativa correta é:

- Estudos apontam que os investimentos anuais necessários à universalização pelo Planslab foram cumpridos parcialmente no país.
- Apesar da regulamentação, em 2016, o governo brasileiro admitiu que não conseguirá cumprir a meta de saneamento estipulada. Dentre as consequências estão: ameaça à saúde pública, desigualdade social, poluição dos recursos hídricos e poluição urbana.
- O acesso universal ao saneamento não é apenas fundamental para a dignidade humana, mas também é um dos principais mecanismos de ameaça dos recursos hídricos, visto que o investimento em saneamento contribui para a poluição dos rios.
- Os problemas da falta de saneamento básico vão muito além do social e do econômico: diminuição de doenças, menor número de mosquitos e menores números de enchente.
- A falta de saneamento básico no país é um problema generalizado e afeta de forma homogênea todas as regiões do país.

13. São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. A definição de terras tradicionalmente ocupadas são aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seu usos, costumes e tradições".

Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas em modalidade. O texto acima é a qual modalidade?

- a) Reservas Indígenas.
- b) Terras Dominiais.
- c) Interditadas.
- d) Terras devolutas.
- e) Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas.

14. O incêndio criminoso é o capítulo mais recente de um conflito agrário que se arrasta há 13 anos na fazenda 1.200, onde um grupo de cerca de 150 famílias da Associação 8 de Março, ligada à Fetagri-PA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará), reivindica desde 2006 a criação de um assentamento de reforma agrária.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2019/07/15/fogo-pistolagem-e-medo-na-fazenda-1200-no-para.htm>

As terras amazônicas são o centro de diversos conflitos. A partir da década de 1960, as políticas de povoamento e ocupação da região norte são cada vez maiores. A respeito do tema, a afirmativa correta é:

- a) Apesar do avanço da fronteira agrícola na porção sul da Amazônia Legal, os conflitos do campo e a questão agrária da região norte não está relacionada com a estrutura da distribuição das terras.

b) O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão federal responsável pelo ordenamento fundiário nacional, estima que na Amazônia Legal, o grande responsável pelo conflito no campo são as reservas indígenas que ocupam grande parte da região.

c) O assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang ajuda a apaziguar os problemas ambientais na região, visto que movimentos sociais pedindo paz intensificaram na região, e avançaram nas denúncias e no combate da grilagem de terras.

d) O caos fundiário na região da Amazônia se explica parcialmente pela história da ocupação de terras no Brasil. Entre a Independência, em 1822, e a Lei de Terras de 1850, houve uma política de acesso livre à terra - os interessados a ocupavam e, depois, pediam a regularização ao governo do Império. A expressão grilagem vem de uma técnica de falsificação de documentos antigos, como os desta época.

e) A ocupação da Amazônia foi exclusivamente feita, com a abertura de estradas no modelo "espinha de peixe": às margens das rodovias, em 100 quilômetros para ambos os lados, eram concedidos a particulares, com ramais aberto mata dentro.

15. Conforme a Lei nº 9985, de 18/07/2000, Unidade de Conservação (UC) é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Fonte: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/>

A respeito do tema, a afirmativa incorreta é:

- a) Unidades de conservação (UCs) são áreas naturais criadas e protegidas pelo Poder Público, municipal, estadual e federal. Elas são reguladas pela Lei nº 9.985, de 2000, que institui IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

- b) O SNUC serve para garantir a preservação da diversidade biológica, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e fazer a proteção das comunidades tradicionais, seus conhecimentos e cultura.
- c) De acordo com o SNUC, unidade de conservação é definida como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- d) De acordo com as suas características e finalidades, as unidades de conservação são divididas em dois tipos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.
- e) A existência do meio ambiente é condição indissociável à vida. E, como a própria vida, um direito fundamental a todo o ser humano, garantido pela Constituição Federal de 1988.
- 16.** As Unidades de Conservação (UCs), divididas em dois grupos, são protegidas pelo Governo Federal e gerenciadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esse sistema estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e é regido pela Lei nº 9.985, de julho de 2000. A respeito do tema, julgue os itens a seguir:
- I - As Unidades de Proteção Integral podem ser de cinco tipos, são eles: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.
- II – Dentre as unidades de conservação de proteção integral estão os Parques Nacionais, que visam à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. São de posse e domínio públicos. É permitida a visitação pública, desde que siga restrições previstas em regulamento.
- III – Nas Reservas Extrativistas, a visitação pública só é permitida para fins educacionais e segue um regulamento específico. A pesquisa científica na área depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da Unidade.

Estão corretos:

- a) I, II e III.
b) I e III.
c) I e II.
d) II e III.
e) Nenhuma.

17. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. A respeito do tema, qual alternativa está correta:

- a) Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, desde que praticadas de uma forma a manter constantes os recursos ambientais renováveis e processos ecológicos.
- b) As Unidades de Uso sustentável podem ser de cinco tipos, são eles: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.
- c) A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área pública onde foi firmado um compromisso de conservação da diversidade biológica. Nessas áreas só são permitidas a pesquisa científica e a visitação pública com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.
- d) As unidades de conservação de uso sustentável não admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.
- e) As APAs são constituídas por áreas com características específicas, sejam bióticas ou abióticas, estéticas ou culturais, que são consideradas importantes para o bem-estar humano. São constituídas exclusivamente de áreas públicas.

18. A população indígena no Brasil representa um grande contingente de povos indígenas que, ao longo dos anos, sofreu um considerável decréscimo, seja por extermínio, seja por doenças trazidas pelos colonizadores. Esses povos já habitavam o território brasileiro muito antes da chegada dos portugueses e estão distribuídos nas cinco regiões do país. Muitos povos já entraram em contato com os costumes não indígenas, contudo, alguns grupos ainda vivem isolados.

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm>

A respeito da população indígena, podemos dizer que:

- As taxas de natalidade são baixas e a expectativa de vida é alta. Há um predomínio de crianças e jovens indígenas.
- Segundo o último censo, há cerca de 817.962 indígenas em 488 terras indígenas que, em exclusividade e pelo processo de colonização, falam apenas o português.
- Os indígenas que habitam fora de suas terras também apresentam altas taxa de fecundidade e mortalidade. Em Altamira e em Jacareacanga, por não ter terras indígenas declaradas, a maioria convive nas cidades em bairros pobres.
- O Estado brasileiro conta com um órgão indigenista chamado INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que foi criado em 1967 pela lei 5.371. Foi responsável pela criação de diversas terras indígenas, como a terra indígena Sororó em Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia
- A população indígena no país sofreu um enorme decréscimo devido aos extermínios, epidemias e também escravidão foram os principais motivos dessa redução. Atualmente ameaçam as comunidades indígenas as atividades de garimpo ilegal, como na reserva Mundukuru, no sudoeste do estado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Jhoni Zini

19. Considere as proposições a seguir.

p: Pedro é policial;

q: José é Paraense.

A proposição “Pedro não é policial ou José é paraense” é representada por

- $p \vee q$
- $\sim(p \vee q)$
- $\sim p \vee q$
- $\sim p \wedge q$
- $\sim p \vee \sim q$

20. Considere as seguintes proposições:

P: O número 5 é um número primo;

Q: Brasília é a capital do Brasil.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- A conjunção entre as duas proposições tem valor lógico falso.
- A disjunção entre as duas proposições tem valor lógico falso.
- A condicional entre as duas proposições tem valor lógico falso.
- A bicondicional entre as duas proposições tem valor lógico verdade.
- A negação de ambas as proposições tem valor lógico verdadeira.

21. Assinale a alternativa que corresponde à negação lógica da proposição “João é policial e Pedro não é delegado”.

- João não é policial e Pedro é delegado.
- João não é policial e Pedro não é delegado
- João não é policial ou Pedro não é delegado
- João não é policial ou Pedro é delegado.
- Se João não é policial, então Pedro é delegado.

22. Assinale a alternativa que é logicamente equivalente à sentença “Se André anda armado, então é policial”.

- a) Se André não anda armado, então não é policial.
- b) Se André é policial, então anda armado.
- c) Se André não é policial, então não anda armado.
- d) André anda armado e não é policial
- e) ou não anda armado ou é policial.

23. Em um restaurante há no cardápio 4 tipos massas, 5 tipos de proteínas e 3 tipos de salada. Quantas opções de pratos diferentes possui uma pessoa que vai a esse restaurante e pretende escolher uma massa, uma proteína e uma salada?

- a) 10
- b) 12
- c) 24
- d) 45
- e) 60

24. Uma urna contém 5 bolas brancas, 3 bolas verdes e 2 bolas lilás. Duas bolas serão sorteadas ao acaso e sem reposição. Qual a probabilidade de as duas bolas sorteadas serem ambas da cor verde?

- a) 1/15
- b) 2/21
- c) 3/10
- d) 6/17
- e) 1/45

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

25. A pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta, criada com a finalidade de exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima é

- a) uma autarquia.
- b) uma fundação pública

c) uma empresa pública, obrigatoriamente

d) uma sociedade de economia mista, obrigatoriamente.

e) uma empresa pública ou uma sociedade de economia mista.

26. Quando uma autoridade utilizar a publicidade dada a uma obra pública para fazer promoção pessoal, haverá uma violação direta ao princípio da

a) Publicidade.

b) Moralidade.

c) Impessoalidade.

d) Legalidade.

e) Indisponibilidade do interesse público.

27. Acerca da revisão de um ato administrativo vinculado, praticado por uma autoridade policial, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.

b) anulado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.

c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

d) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.

e) invalidado, por questão de mérito ou de legalidade, pelo próprio Poder Executivo ou pelo Poder Judiciário.

28. Em relação ao poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Em alguns casos, é admissível a delegação da fase de sanção para as empresas estatais, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado.
- b) Decorre da relação de subordinação existente entre a Administração Pública e os administrados.
- c) A aplicação de multa contratual a uma empresa particular decorre do poder de polícia.
- d) O poder de polícia possui uma natureza predominantemente repressiva, com o intuito de evitar lesões à coletividade.
- e) Em razão do seu atributo da discricionariedade, sempre será exercido mediante critérios de conveniência e oportunidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

29. Assinale a alternativa que esteja de acordo ao artigo 5º da Constituição Federal:

- a) a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis;
- b) é garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes concorrer a quaisquer cargos eletivos no País, sem distinção ou restrições;
- c) todo cidadão tem o dever de associar-se e permanecer associado para fins de participação política na sociedade
- d) é vedado, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, pois o Brasil é um estado laico;
- e) a obtenção de certidões em repartições públicas é assegurada a todos, mediante pagamento de taxa.

30. São direitos sociais:

- a) Direito ao lazer, à segurança e à liberdade de crença;
- b) Direito à intimidade, à vida privada e à honra;
- c) Direito à educação, à saúde e à propriedade;
- d) Direito à educação, ao lazer e proteção à maternidade e à infância.
- e) Direito ao lazer, ao transporte e ao direito de petição aos Poderes Públicos.

31. Apesar dos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 16 anos.
- b) são requisitos necessários para a candidatura de presidente da república, além de outros, idade mínima de 35 anos e ser brasileiro nato ou naturalizado.
- c) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei.
- d) podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos;
- e) são elegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

32. Assinale a alternativa que descreve as competências da polícia militar de acordo com o artigo 144 da Constituição Federal:

- a) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- c) exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- d) exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- e) exercer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

33. Assinale a opção correta:

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
- b) Não responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- c) O desconhecimento da lei é inescusável, mas o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.
- d) O desconhecimento da lei é considerado circunstância atenuante.
- e) Se o fato é cometido sob coação resistível, só é punível o autor da coação.

34. De acordo com a teoria do crime, é INCORRETO afirmar:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) o arrependimento posterior é causa de diminuição de pena.
- c) para que surtam os efeitos previstos no art. 15 do CP, tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz devem ser voluntários.
- d) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- e) os crimes unissubsistentes, os crimes omissivos próprios e as contravenções penais, entre outros, não punem a figura da tentativa.

35. Carlos Alberto recebeu em proveito próprio coisa alheia móvel cuja subtração específica previamente encomendara a Bernardo Augusto. Assim, Carlos Alberto cometeu o delito de

- a) furto.
- b) receptação dolosa.
- c) receptação culposa.
- d) favorecimento real.
- e) favorecimento pessoal

36. São crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, previstos no Código Penal:

- a) corrupção ativa, peculato e advocacia administrativa.
- b) abandono de função, sigilo funcional e advocacia administrativa.
- c) corrupção passiva, concussão e tráfico de influência.
- d) excesso de exação, resistência e desacato.
- e) facilitação do contrabando e descaminho, exploração de prestígio e falso testemunho ou perícia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Luciana Peixoto

37. Sobre a prisão temporária é correto afirmar que:

- a) A prisão temporária é espécie de prisão cautelar que pode ser decretada pelo juiz em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.
- b) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) O mandado de prisão conterà necessariamente o período de duração da prisão temporária, prescindindo o dia em que o preso deverá ser libertado.
- d) A prisão temporária será decretada pelo Juiz de ofício ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
- e) O dia do cumprimento do mandado de prisão inclui-se no cômputo do prazo de prisão temporária.

38. Conforme a definição de Francesco Carnelutti, "ação é o direito público subjetivo de exigir do Estado-juiz que diga o Direito a ser aplicado no caso em concreto", sobre a ação penal marque a alternativa que corresponde às assertivas corretas.

- I. Se o tipo penal não fizer menção à espécie de ação penal, entende-se que o crime está submetido à ação penal pública incondicionada, cujo titular privativo é o Ministério Público.
- II. Nos crimes de ação penal privada, qualquer do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo por escrito informações

sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

III. Se o réu estiver solto e o Ministério Público restar inerte ao oferecimento da denúncia após o prazo de 15 dias, o ofendido ou seu representante legal poderá entrar com ação penal pública subsidiária da privada.

IV. Em regra, o prazo decadencial para oferecimento da queixa é de seis meses, contados a partir do conhecimento da autoria delitiva.

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II, III e IV.

39. Um policial militar estava em patrulhamento de rotina quando avistou dois indivíduos correndo pela rua olhando para os lados, em aparente nervosismo, segurando um objeto por debaixo da blusa. Diante da atitude suspeita decidiu realizar a abordagem e em busca pessoal localizou, com um dos indivíduos, um aparelho celular que não sabia explicar a procedência e na posse do outro estava um simulacro de arma de fogo. Durante os procedimentos policiais o telefone localizado tocou e a vítima informou que dois homens, 30 minutos antes, subtraíram seu aparelho celular com uso de arma de fogo. Com base na situação hipotética apresentada, marque a alternativa correta:

- a) Flagrante próprio
- b) Flagrante provocado
- c) Flagrante ficto
- d) Flagrante impróprio
- e) Flagrante esperado

40. Marque a alternativa incorreta sobre as formas de conhecimento de fato que aparentemente é infração penal:

- a) O boletim de ocorrência lavrado na delegacia é espécie de *notitia criminis* de cognição direta.
- b) A requisição ministerial é considerada uma espécie de *notitia criminis* de cognição mediata.
- c) A *notitia criminis* apócrifa de crime graves, por si só, impõe a instauração direta de inquérito policial pela Autoridade Policial, para que posteriormente seja feita a verificação se a notícia é materialmente verdadeira.
- d) A *notitia criminis* de cognição imediata estabelece a instauração de inquérito policial de ofício nas ações penais públicas incondicionadas.
- e) A prisão em flagrante delito realizada por qualquer do povo ou por agente estatal de segurança pública é chamada de *notitia criminis* de cognição coercitiva.

DIREITO PENAL MILITAR

Paulo Guimaraes

Considerando o estabelecido no Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), responda as questões abaixo:

41. Assinale a alternativa correta:

- a) O local do crime é apenas onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível.
- c) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período da respectiva duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante a respectiva vigência.
- d) A Constituição Federal admite crime sem lei anterior que o defina, bem como pena sem prévia cominação legal.

e) O tempo do crime engloba o momento da ação ou omissão, bem como onde se produziu o resultado.

42. Nos termos do artigo 9.º do Código Penal Militar, a expressão “militar em situação de atividade” refere-se a:

- a) militar atuando em razão da função.
- b) militar em serviço.
- c) militar da ativa.
- d) militar da reserva.
- e) militar reformado

43. São penas principais previstas no Código Penal Militar, **EXCETO**:

- a) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- b) prisão.
- c) morte.
- d) reforma.
- e) a inabilitação para o exercício de função pública

44. Julgue as assertivas abaixo:

I - No crime de sobrevoos de local interdito a conduta tipificada é “sobrevoar” um local que seja proibido. Esse voo pode ocorrer por qualquer meio (avião, helicóptero, planador, balão, paraquedas, etc.)

II - O crime de turbação de objeto ou documento admite a modalidade culposa.

III - O crime de revelação de notícia, informação ou documento quando cometido com o fim de espionagem militar tem sua pena aumentada.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas.

- a) todas estão corretas
- b) I e II
- c) II e III
- d) III e I
- e) nenhuma está correta

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**Paulo Guimarães**

45. O inquérito poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério

Público:

I-quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.

II- nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado.

III- nos crimes de desobediência a decisão judicial e desacato.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas.

a) todas estão corretas

b) I e II

c) II e III

d) III e I

e) nenhuma está correta

46. Complete a seguinte afirmação corretamente:

O inquérito deverá terminar em _____ dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir _____; ou no prazo de _____, quando o indiciado estiver solto, contados a partir _____.

a) O inquérito deverá terminar em dez dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de vinte dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

b) O inquérito deverá terminar em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contados esse prazo a partir da data em que se instaurar o inquérito; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado

estiver solto, contados a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

c) O inquérito deverá terminar em quinze dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de vinte dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito

d) O inquérito deverá terminar em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

e) O inquérito deverá terminar em dez dias, se o indiciado estiver preso, contados esse prazo a partir da data em que se instaurar o inquérito; ou no prazo de vinte dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

47. O desaforamento do processo poderá ocorrer:

a) no interesse da ordem pública, da Justiça ou da disciplina militar.

b) a pedido do acusado.

c) quando for possível se constituir o Conselho de Justiça rapidamente.

d) quando o processo demorar mais de 180 meses para ser julgado.

e) quando assim indicado pelo Tribunal de Justiça Militar.

48. Ocorrerá a suspeição do membro do Ministério Público:

I) se nele já houver intervindo seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau

inclusive, como juiz, defensor do acusado, autoridade policial ou auxiliar de justiça.

II) se ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções.

III) se ele próprio ou seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, for

parte ou diretamente interessado no feito.

IV) se for tutor ou curador, credor ou devedor do acusado.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas.

- a) I, II e IV
- b) II, III e IV
- c) II e III apenas
- d) I, II e III apenas
- e) IV apenas

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

49. Em certo domingo, J. M. S., com vontade livre e consciente, sacou a própria arma, devidamente registrada, e efetuou disparos de arma de fogo, por diversão, nas proximidades da feira permanente de sua cidade. A ação ocorreu por volta de 10 horas, exatamente no momento em que J. M. S. passava de carro pela avenida central, em sentido à rodoviária. Nessa situação hipotética, ele responderá por

- a) comércio ilegal de arma de fogo.
- b) homicídio qualificado tentado.
- c) disparo de arma de fogo em via pública.
- d) lesão corporal gravíssima tentada.
- e) perigo para a vida ou para a saúde de outrem.

50. A respeito da Lei nº 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

a) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.

b) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

c) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o *animus corrigendi, disciplinandi*, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.

d) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

e) O dolo específico não constitui elemento fundamental para a configuração das modalidades do crime de tortura previstas no art. 1º da Lei nº 9.455/1997.

51. Considerando o disposto na Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas), assinale a alternativa correta

a) Constitui crime punido com pena de reclusão a conduta de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.

b) A Lei nº 11.343/06 não criminaliza a conduta de conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

c) Quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido à pena de prestação de serviços à comunidade.

- d) Prescreve em 1 ano a imposição e a execução da pena para quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- e) Prescreve em 3 anos a imposição e a execução da pena para quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

52. De acordo com a Lei nº 10.826/03 (estatuto do desarmamento), o sujeito que for preso em via pública portando arma de fogo, que não contém mecanismo de acionamento, terá sua conduta considerada como atípica em razão do instituto

- a) da legítima defesa.
- b) do crime impossível.
- c) do erro sobre elementos do tipo.
- d) da discriminante putativa.
- e) da relação de causalidade.

DIREITO HUMANOS

Lilian Novakoski

53. O Pacto de São José da Costa Rica trata de diversos direitos que devem ser garantidos e protegidos pelos Estados, determinando também que os Estados-Partes podem suspender as obrigações contraídas em virtude do referido Pacto em situações específicas, como por exemplo em situação de guerra ou perigo público, porém, dentre os direitos que não podem ser suspensos nessas hipóteses está:

- a) Direito de Circulação
- b) Direito à Liberdade Pessoal
- c) Direito à Integridade Pessoal
- d) Direito à Liberdade de Pensamento e Expressão
- e) Direito de Reunião.

54. No que tange o Direito Internacional e os Direitos Humanos, julgue as assertivas:

I- A Internacionalização dos Direitos Humanos ganha força com o fim da segunda guerra mundial.

II - Em resposta as violações de direitos humanos que ocorreram com o regime nazista a DUDH trouxe a internacionalização dos direitos humanos como objetivo central.

III - Os sistemas de proteção de direitos humanos, em âmbito internacional e interno, são solidários entre si.

IV - São características dos Direitos humanos a universalidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade e indivisibilidade.

Estão corretas

- a) I, II e III
- b) I, II e IV
- c) I e IV
- d) II, III e IV
- e) Todas estão corretas.

55. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é um dos principais documentos da história dos direitos humanos. Dentre vários direitos elencados, não está previsto que:

- a) Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
- b) As pessoas tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, mas devem se abster de manifestar em público.
- c) Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.
- d) Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.
- e) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes

56. Marcelo, policial militar, em uma abordagem rotineira em uma casa noturna, apontou arma de fogo para um grupo que, supostamente, vendia drogas no local. O agente sempre age desta forma em abordagens. A conduta do agente, conforme o que prevê a Portaria 4.226 de 2010:

- a) Foi a correta, pois traficantes são conhecidos por andarem sempre armados.
- b) Foi correta, pois aqueles que apresentam riscos para o agente ou terceiros devem ser coagidos para que não venham a cometer qualquer ato de violência.
- c) Foi errada, pois ele deveria entrar no estabelecimento apontando a arma, sem ter qualquer ação discriminatória.
- d) Foi errada, pois os agentes não devem apontar arma de fogo de forma rotineira e indiscriminada, em procedimentos de abordagem.
- e) Foi errada, pois o agente nunca deve utilizar arma de fogo em abordagens.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Marcos Girão

57. De acordo com o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.251/1985), assinale a opção incorreta.

- a) Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os Policiais-Militares da mesma categoria e tem a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança sem prejuízo do respeito mútuo.
- b) O ingresso no Quadro de Oficiais será por promoção do aspirante-a-oficial PM/BM para o Quadro de Oficiais e Combatentes e, mediante concurso entre diplomados por Faculdades reconhecidas pelo Governo Federal, para os Quadros que exijam este requisito.
- c) Cargo de Policial-Militar é um conjunto de deveres e responsabilidades inerentes ao Policial-Militar em serviço ativo.
- d) O Policial-Militar reformado por alienação mental, enquanto não ocorrer a designação judicial do curador, terá remuneração paga aos seus

beneficiários, desde que estes, o tenham sob sua guarda e responsabilidade e lhe dispensem tratamento humano e condigno.

- e) Mediante requerimento, é facultada ao policial militar que incorra em situação de reforma por incapacidade física definitiva para atividade-fim a permanência no serviço ativo, com emprego na atividade-meio, no mesmo posto ou graduação, hipótese em que será reintegrado, na forma estabelecida em Decreto.

58. Conforme o texto do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual nº 6.833/2006, marque a alternativa correta:

- a) O disposto neste código não se aplica aos policiais militares ocupantes de cargos ou funções públicas de natureza não policial-militar definidos em lei, ainda que a prática de atos específicos relacionados a esses cargos ou funções que possam vir a afetar a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe.
- b) Graduação é a ordenação progressiva da autoridade, em níveis diferentes, decorrente da obediência dentro da estrutura da Polícia Militar, alcançando seu grau máximo no Governador do Estado, que é o Comandante Supremo da Corporação.
- c) Quando houver dúvida razoável sobre a sanidade mental do acusado, o presidente do processo administrativo disciplinar proporá à autoridade competente que o militar disciplinado seja submetido a exame por junta médica da Corporação, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.
- d) No caso de ter sido delegada a atribuição para instrução, o encarregado remeterá os autos à autoridade de quem recebeu a delegação para que esta publique em boletim a solução no prazo de 15 dias, a contar do recebimento dos autos, ou determine novas diligências, se as julgar necessárias.
- e) Nas apurações ocorridas em sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito da PM-PA, não poderá ser requisitada a produção de prova por meio de carta precatória.

59. Analise as assertivas abaixo sobre o Decreto Federal nº 88.777/1983:

- I. O Comando Operacional é o conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato.
- II. A criação e a localização de organizações policiais-militares deverão atender ao cumprimento de suas missões normais, em consonância com os planejamentos de Defesa Interna e de Defesa Territorial, dependendo de aprovação pelo Estado-Maior do Exército.
- III. O policial do serviço ativo do Exército, nomeado para comandar Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar, passará à disposição do respectivo Governo do Estado, Território ou Distrito Federal, pelo prazo de 3 anos.
- IV. Consideradas as exigências de formação profissional, o cargo de Comandante-Geral da Corporação, de Chefe do Estado-Maior Geral e de Diretor, Comandante ou Chefe de Organização Policial-Militar (OPM) de nível Diretoria, Batalhão PM ou equivalente, serão exercidos por Oficiais PM, de preferência com o Curso Superior de Polícia, realizado na própria Polícia Militar ou na de outro Estado.

Marque a opção que traz os itens corretos.

- a) II e IV.
b) II, III e IV.
c) I, II e III.
d) IV, apenas.
e) I e IV.

60. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 53/2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, é incorreto afirmar que:

- a) A Polícia Militar do Pará - PMPA é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinada ao Governador do Estado, cabendo-lhe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, atividade-fim da corporação, para a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

- b) São princípios basilares a serem observados pela PMPA, dentre outros, a hierarquia, a impessoalidade, a promoção, a garantia e o respeito à dignidade e aos direitos humanos, o profissionalismo e a probidade.
- c) O Comandante-geral poderá delegar competência para a expedição de atos administrativos, visando à agilização da gestão da corporação.
- d) A Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, dirigida por Oficial no Posto de Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares, é vinculado ao Departamento-Geral de Operações.
- e) Os Batalhões, Regimentos, Grupamentos Aéreos e as Companhias Independentes, subordinados aos Órgãos de Direção Intermediária, são órgãos de execução que realizam a atividade-fim da Corporação

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-PMPA-29-11-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>